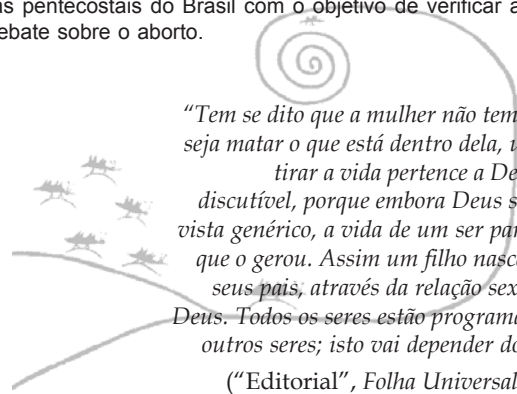


O TEMA DO ABORTO NA MÍDIA PENTECOSTAL: NOTAS DE UMA PESQUISA¹

MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO

Resumo: O acirramento da competição religiosa nas últimas décadas provocou um maior investimento dos grupos confessionais brasileiros na mídia com duplo objetivo: recrutar novos fiéis e manter o controle da comunidade sobre seus antigos membros. Esse esforço de adaptação às novas tecnologias de comunicação vem entrelaçado a uma série de estratégias onde o segmento feminino se destaca como público-alvo de suas publicações e/ou programações, e as mulheres passam a integrar o quadro de jornalistas, redatores, apresentadores etc. Neste artigo apresentamos uma análise dos dados coletados entre setembro de 1996 e outubro de 1997 na mídia das duas maiores igrejas pentecostais do Brasil com o objetivo de verificar a participação desse segmento religioso no debate sobre o aborto.



“Tem se dito que a mulher não tem o direito de tirar uma vida, ou seja matar o que está dentro dela, uma vez que o direito de dar ou tirar a vida pertence a Deus. Essa afirmação é altamente discutível, porque embora Deus seja o autor da vida do ponto de vista genérico, a vida de um ser particular se deve àquele e àquela que o gerou. Assim um filho nasce pela vontade ou pela ação dos seus pais, através da relação sexual, e não da vontade direta de Deus. Todos os seres estão programados biologicamente para gerar outros seres; isto vai depender do seu desejo e da sua vontade”.
(“Editorial”, *Folha Universal*, ano V, n. 283, 7 a 13/9/97)

O levantamento da produção sociológica e/ou feminista sobre o debate do aborto no Brasil revela um acompanhamento sistemático dos pesquisadores e militantes às tentativas da Igreja Católica de influenciar na regulamentação da interrupção voluntária da gravidez.² Entretanto, poucos são os trabalhos que analisam a participação das lideranças evangélicas nesse debate e a influência da opção religiosa nas posições dos fiéis sobre o abortamento. A Assembléia Constituinte de 1988, entre muitos dos seus desdobramentos, serviu para lançar

1. Pesquisa intitulada “Do Púlpito à Mídia: A Ética Sexual e A Contracepção Nas Igrejas Pentecostais”, financiada pela Fundação MacArthur e pelo CNPq.

2. Poderíamos citar os trabalhos de ARAÚJO, 1993, ÁVILA, 1993, NUNES, 1994 e 1997, RIBEIRO & LUÇAN, 1996, RIBEIRO, 1993.

luzes nos grupos evangélicos, que naquela ocasião fortaleceram as posições moralistas já conhecidas da Igreja Católica e apresentaram propostas que, se aprovadas, resultariam numa revisão da legislação existente e num retrocesso para as conquistas femininas.³ Estudos na década de 90 sugerem, contudo, mudanças no interior do segmento mais conservador do campo evangélico, identificando na expansão da Igreja Universal do Reino de Deus o elemento propulsor desse processo de flexibilização da moral e dos costumes.⁴

A pesquisa quantitativa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião com os evangélicos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro oferece pistas interessantes sobre as opiniões dos integrantes das diferentes denominações acerca dessa temática.⁵ A primeira conclusão importante desse levantamento é a de que 60% dos evangélicos aceitam “a possibilidade de aborto em circunstâncias especiais”. Os problemas de saúde ou terapêuticos são os que mais sensibilizam os evangélicos, chamando a atenção o fato da malformação do feto, que não é um motivo considerado legal pelo Código Penal vigente, ter sido a razão mais apontada pelos entrevistados para aceitar a interrupção de uma gravidez — 39%. Já a pobreza ou falta de condições materiais foi a justificativa com menor aceitação: 97% rejeita que se faça o aborto por este motivo.

O cruzamento das posições dos entrevistados com a variável *Igreja a que pertence* revela a pluralidade de atitudes entre os evangélicos, indicando uma tolerância maior ao abortamento entre os protestantes históricos, que são justamente os mais instruídos e de maior poder aquisitivo nessa tradição religiosa. Assim, apenas 28% dos protestantes históricos não aceitaria o aborto em hipótese alguma. Por outro lado, são os membros das igrejas pentecostais, especialmente os da Universal do Reino de Deus e da Assembléia de Deus, que fazem mais restrições a essa solução nos casos de uma gravidez indesejada: 43% e 45% dos fiéis dessas igrejas rejeitam totalmente o abortamento. Sabendo que os pentecostais são em sua maioria dos segmentos populares e menos escolarizados, pode-se dizer que a rejeição é maior entre os mais pobres e os que mais sofrem com as restrições legais da prática do aborto no Brasil.

A correlação entre a pobreza e a rejeição ao aborto se apresenta também em países onde o aborto é legalizado, o protestantismo é a religião hegemônica e o pentecostalismo é um movimento religioso muito forte — caso dos EUA. Para explicá-la, autores como Berger⁶ destacam a valorização da maternidade nesses grupos, sugerindo que tais valores podem estar mais associados ao baixo nível de instrução do que à opção religiosa. Afinal, a educação pode propagar valores mais individualistas, estimulando a busca de autonomia e a liberdade de escolhas

3. As principais análises sobre a participação dos evangélicos na Assembléia Constituinte de 1988 são de FRESTON, 1993, e PIERUCCI, 1989, mas o trabalho de ROCHA, 1996, sobre o debate do aborto no Congresso Nacional, também traz contribuições importantes para essa temática.

4. Ver, por exemplo, MACHADO, 1997 e 1996, MARIANO, 1995, e MARIZ & MACHADO, 1999.

5. Nesse *survey* foram aplicados 1332 questionários (FERNANDES, 1998).

6. Citado em MARIZ, 1998, p.217.

— como nos casos da maternidade e/ou do aborto. Na pesquisa do ISER, quando se controlou o nível de instrução dos fiéis das diferentes denominações, constatou-se, entretanto, uma influência das igrejas de acordo com a liberalidade ou rigidez de seu discurso e moralidade sexual. Concentrando entre os evangélicos de até quatro anos de instrução, verificou-se um índice maior de rejeição por parte dos assembleianos — 54,2% nunca aceitariam o aborto — e uma queda das taxas relativas aos membros da Igreja Universal — 38 % dos fiéis com este nível de instrução rejeitam totalmente o aborto. Ainda que se aceite a tese de que o fator determinante para a atitude dos indivíduos em relação ao aborto seja o nível educacional, o vínculo denominacional é uma variável importante para a compreensão da variação identificada.

No que se refere à liderança religiosa, uma investigação realizada por nós entre setembro de 1996 e outubro de 1997 nos veículos de comunicação das Igrejas Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus, demonstra a presença de novos atores sociais no debate sobre o aborto e posições mais liberais se comparadas àquelas identificadas na Assembléia Constituinte e mesmo expressas até o momento atual pela hierarquia da igreja Católica. Pastores, leigos, radialistas, apresentadores de programas televisivos, médicos, juizes e políticos aparecem nas diferentes mídias defendendo posições que expressam, por um lado, falta de alinhamento e de amadurecimento da discussão no interior das igrejas pentecostais, e por outro, que a competição religiosa favorece o surgimento de um discurso mais liberal sobre a temática da interrupção da gravidez. É o que tentaremos mostrar a seguir.

Aborto: debate estimulado pela política e pela competição religiosa

A opção pelo monitoramento de mídias de naturezas distintas implica cuidados metodológicos que garantam a especificidade dos veículos de comunicação comparados. Em nosso trabalho tentamos preservar tais características agrupando os quatro tipos de veículos investigados — Rádio, Televisão, Jornal e Revista — em duas categorias que orientam a análise dos dados coletados: mídia eletrônica e mídia impressa.

Nos veículos eletrônicos acompanhamos todas as apresentações de seis diferentes programas radiofônicos da Assembléia de Deus e de dois da Universal do Reino de Deus, totalizando respectivamente, 111 e 114 horas de gravação em fita cassete. Na televisão monitoramos todas as exibições de dois programas da AD e de nove atrações da IURD, perfazendo um total de 27 e 491 horas de gravação em fita VHS. Uma vez gravada, a programação era analisada com o objetivo de identificação das temáticas exploradas⁷, os atores sociais em debate, a abordagem adotada e a natureza dos argumentos.

7. Além do aborto, acompanhamos a cobertura dos seguintes temas: adultério, AIDS, casamento, gestação, homossexualidade, mídia, mulher/Igreja, mulher/trabalho/política, orientação sexual, planejamento familiar, prostituição, saúde da mulher, saúde sexual masculina, violência sexual, violência contra a mulher e outros — ação beneficente relacionada ao campo temático, abuso sexual, adoção, assédio sexual, práticas e costumes.

Nos meios impressos, pesquisamos todos os exemplares dos jornais *Mensageiro da Paz* (12) e *Folha Universal* (55), assim como os das revistas *Seara* (8), *Mão Amiga* (1) e *Plenitude* (2). Os periódicos *Mensageiro da Paz* e *Seara* pertencem à Igreja Assembléia de Deus, são mensais, têm circulação nacional e uma tiragem de 60 e 30 mil exemplares, respectivamente. Já a *Folha Universal* e as revistas *Mão Amiga* e *Plenitude* são publicações da IURD com circulação nacional. O primeiro é semanal e sua tiragem pulou de 950 mil para 1.067.000 no período estudado. Já as revistas que deveriam ter uma periodicidade bimestral e trimestral não conseguiram manter a regularidade durante o período e apresentavam uma tiragem de 5 e 20 mil exemplares, respectivamente. Foram feitos *clippings* de todas as matérias de interesse da pesquisa, o que possibilitou uma análise qualitativa da cobertura do tema do abortamento na mídia pentecostal.

O número de matérias e o espaço (tempo e/ou área) concedido ao tema aqui estudado sugerem uma discrepância tanto no que se refere aos diferentes tipos de meio de comunicação, quanto às igrejas responsáveis pelos mesmos. Na mídia eletrônica da IURD foram identificados trinta e seis (36) registros sobre o aborto na televisão, totalizando quatro horas e vinte minutos da programação, e apenas duas (2) matérias na transmissão radiofônica que somadas não atingiram uma hora de discussão (52 minutos). Na mídia impressa foram localizadas cinquenta e três (53) registros numa área equivalente a uma página inteira e mais 77% de outra página do jornal *Folha Universal* e dois (2) registros na revista, o que em termos de espaço corresponde a apenas 6% da área de uma página da *Plenitude*. Já nos veículos eletrônicos da AD somente foram constatados registros na programação televisiva, e mesmo assim as três rápidas menções ao tema somaram apenas 8 minutos. Na imprensa foram identificados dez (10) matérias no *Mensageiro da Paz* e quatro (4) na *Seara*, mas no primeiro veículo a área destinada ao tema corresponde a 29% de uma página padrão do jornal, enquanto no segundo o conjunto dos registros ocupou uma área equivalente a uma página e meia do mesmo.

O exame da distribuição das matérias ao longo do tempo indica uma forte concentração dos registros no primeiro e último quadrimestre da pesquisa (setembro/dezembro de 1996 e julho/outubro de 1997), sugerindo a influência de pelo menos quatro acontecimentos na sociedade mais ampla. No primeiro período da pesquisa destacaríamos a ampla divulgação através da mídia carioca dos resultados da pesquisa do Instituto de Estudos sobre Religião, fato que gerou uma grande polêmica entre os evangélicos; e a defesa da despenalização do aborto por parte de um dos candidatos à prefeito do Rio de Janeiro. Já a concentração no segundo período poderia ser explicada em função do debate no legislativo em torno do Projeto de Lei (PL/20) regulamentando a realização do aborto legal nos hospitais públicos do país e da realização do II Encontro Mundial do Papa com a Família na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 1997. A

influência das duas primeiras variáveis já foi discutida por nós em outro artigo;⁸ restaria examinar os efeitos da competição religiosa e do debate no legislativo na cobertura do tema aborto. E para isso nos concentraremos no exame das matérias veiculadas nos jornais das duas igrejas.

Aborto: um tema chave na disputa religiosa

“Há dois aspectos muito importantes a serem considerados nessa questão [PL/20]: o moralismo católico e o machismo da nossa sociedade. O moralismo católico peca contra sua própria natureza, uma vez que a ‘Santa Madre’ defende tão ardorosamente a concepção a qualquer preço, custo e risco, e, no entanto proíbe seus sacerdotes e freiras de constituírem famílias. Não teriam eles também o direito de gerar vidas? Em segundo lugar, entra a questão do machismo brasileiro. Se os beneficiários dessa lei da obrigatoriedade fossem os homens, haveria tanta discussão para aprová-la? O que se tem observado ao longo do tempo é que a mulher, no Brasil, sempre foi discriminada, principalmente porque as leis ficam a critério dos homens que as fazem sem levar em consideração o referencial feminino. Existe ainda uma indiferença subliminar que desprezita, entre outras coisas a própria fragilidade física da mulher além de mutilar sua individualidade como cidadã”.

(Editorial, *Folha Universal*, ano V, n. 283, 7 a 13/9/97, p. 3A)

Embora nossa reflexão nessa seção tenha uma perspectiva mais qualitativa, examinaremos a natureza das matérias, os argumentos e os atores que participaram do debate sobre o aborto, apresentando alguns dados sobre o número de matérias publicadas e o espaço concedido à temática nos veículos de comunicação aqui considerados. Entre agosto e outubro de 1997 foram localizados cinco (5) registros sobre a problemática do aborto nos exemplares do jornal da Assembléia de Deus e quatorze (14) nos da IURD, verificando-se, também, diferenças no tamanho e/ou na área das matérias. No *Mensageiro da Paz* o espaço reservado à questão do abortamento corresponde a 30% de uma página daquele periódico, mas é seis vezes maior do que a somatória das áreas dos cinco registros dos onze meses anteriores.⁹ Já as notícias da *Folha Universal* ocuparam uma área que é superior tanto à medida da página do jornal quanto ao espaço total dos trinta e nove (39) registros identificados entre setembro de 1996 e julho de 1997.¹⁰

Esse crescimento do número de matérias e da área dedicada à temática nos jornais pentecostais encontra paralelo na mídia secular estudada pela jornalista e militante do movimento feminista Jacira Melo. Na interpretação desta

8. Ver MACHADO & FERNANDES, 1997.

9. A área referente ao aborto no trimestre de agosto, setembro e outubro de 1997 foi de 331,29 cm². Enquanto os registros identificados entre setembro/96 e julho/97 ocuparam uma área de apenas 57,94 cm².

10. No bimestre final da pesquisa essa área foi de 1.792,74cm²/coluna. Já o espaço concedido a esse assunto entre 9/96 e 8/97 foi de 1.332,30cm².

pesquisadora, a intensificação do debate na imprensa brasileira nesse período está diretamente relacionada com a votação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara de Deputados do projeto “que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento pelo SUS dos casos de aborto previsto em lei” e com a aproximação da visita do Papa ao país.¹¹ Cabe a nós a tarefa de verificar a influência dessas variáveis não só no incremento da cobertura sobre o tema, como também nas posições veiculadas pela liderança religiosa nos meios de comunicação pentecostais.

Começamos pelo exame da coluna “Palavra do Presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil” do exemplar de nº 1325, de agosto de 1997, do *Mensageiro da Paz*.¹² Com o título “A Assembléia de Deus diz não”, o conteúdo dessa coluna revela o caráter nocivo da associação do aborto a temáticas de naturezas diferenciadas para a discussão sobre a interrupção da gravidez e a percepção das conquistas femininas no país. Ali o projeto de lei da deputada Marta Suplicy, que disciplina o “Contrato de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo” é discutido pelo Pastor José Wellington Bezerra da Costa que afirma não poder “aceitar em silêncio que projetos de leis inconseqüentes, como estes venham a atolar ainda mais a sociedade brasileira que sobrevive em meio a tantas mazelas... A liderança de nossa igreja expressou em encontro exclusivo com o Presidente da República, o nosso posicionamento bíblico sobre a união de homossexuais, a liberalização das drogas, a liberação do aborto: somos 100% contra”. Essa foi a única ocasião em que o mais importante representante desta denominação usou a mídia para falar do aborto. A maneira genérica como trata o tema merece algumas considerações.

Já tivemos oportunidade de assinalar em artigo anterior,¹³ a posição legalista assumida por esse líder religioso quando foi convocado para uma Audiência Pública na Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional (PEC25/95). De modo que interpretamos a posição veiculada pelo jornal como uma forma de escamotear a real discussão travada no Congresso — onde não se debatia a liberalização, mas sim a regulamentação de uma lei já existente — e uma estratégia para não se comprometer frente à comunidade assembleiana. São conhecidas as dificuldades enfrentadas pelas sociedades que tentam reduzir as restrições legais à prática do abortamento. No Brasil, o desconhecimento da própria legislação pela maioria da população exige um cuidado ainda maior no uso de expressões como liberalização e/ou descriminalização, que naquela coluna mais confundia do que esclarecia as propostas em debate no Congresso. Esse tipo de preocupação só foi constatado uma única vez entre 1/9/96 a 31/10/97, quando o aborto foi o tema do mês da Coluna Ponto de Vista. Na matéria “Como a Bíblia trata o assunto”, o pastor e professor de Teologia Edmar Cunha Barcellos afirma sobre o Projeto de Lei n. 20 já aprovado na Câmara:

11. Ver MELO, 1997, p. 407.

12. Distribuído na primeira semana do mês de agosto, portanto, antes da votação do PL/20.

13. MACHADO & FERNANDES, 1999, p. 30.

Existe atualmente uma histeria coletiva por parte de grupos religiosos brasileiros e outros querelantes, formando lobbies para evitarem que os hospitais públicos recebam gestantes estupradas ou em perigo de vida, para a interrupção permitida da gravidez. Ora o aborto nos casos acima já é permitido por lei em nosso país há meio século(...) O que se pretende com a regulamentação daquela lei é que as gestantes pobres, que não podem pagar hospitais particulares, tenham acesso aos cuidados médicos garantidos às senhoras da alta sociedade. As pobres vítimas infelicitadas por alguma gravidez anormal, ou por algum estupro, recorrem às parteiras, aos charlatões, e quando não morrem juntamente com o filho, contraem as seqüelas psicossomáticas dos maus tratos recebidos, tornando-se mais um problema social.

Creemos que em caso de perigo de vida para uma mãe de família, no dilema de salvar a vida da mãe, que tem nova oportunidade de engravidar, e a vida do nascituro, neste dilema cruel, deveremos preservar a vida da mãe (*Mensageiro da Paz*, ano LXVII, n. 1321, outubro de 1997, p. 7).

Dividindo a página e a coluna com o professor acima, o também pastor João Martins dá a sua opinião sobre o tema na matéria intitulada "Não poderíamos calar". Distinguindo-se do seu companheiro, prefere ignorar a dimensão social do aborto, assumindo uma posição essencialmente moralista. Nesta perspectiva conclama que

o bem estar da mulher é a si mesma respeitar, e ser respeitada: como mulher, esposa, mãe e cidadã. Ter a saúde preservada, ter liberdade de expressão para dizer não à permissividade, aos convites para relacionamento sexual antes do casamento ou extraconjugais, e ainda não acompanhar tendências feministas que defendem aparente liberdade de expressão. O bem estar da mulher é ter acima de tudo a sã consciência diante de Deus e dos homens.

Mesmo que o número de registros sobre o tema seja bem inferior ao da IURD, e a abordagem predominante seja a religiosa, a opção pela publicação de posições antagônicas sobre esse tema pode ser interpretado como uma certa flexibilização da liderança da igreja, que não só começa a admitir a existência de diversidade de posições doutrinárias no seu interior, como também permite que as mesmas se tornem públicas. Considerada uma das mais conservadoras igrejas do pentecostalismo clássico, a AD, através de sua mídia impressa e da participação de seu presidente na Audiência Pública na Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional, revela-se uma igreja em mutação ou, melhor, em adaptação às mudanças em curso na esfera social e religiosa.

Já a *Folha Universal* tratou do tema do aborto e do projeto acima mencionado em editorial, em duas matérias com chamada de capa, na seção de cartas e em várias outras colunas. A maior parte dos registros ocorreu depois da discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, revelando uma forte associação entre a exploração do tema e as posições assumidas pela hierarquia católica, especialmente na ocasião da visita de Sua Santidade ao Brasil. Assim, entre as 11 matérias localizadas no bimestre, somente quatro não faziam menção à Igreja Católica e seu radical combate ao aborto.

No início de setembro, o deputado federal Bispo Rodrigues, um dos mais importantes dirigentes da *Universal*, criticava, no artigo intitulado "Para o Papa, tudo", a posição de alinhamento do ministro da saúde Carlos Albuquerque com a religião dominante no Brasil, classificando aquele político de "intransigente e destemperado" porque "chamou de assassinato qualquer tipo de aborto" (*Folha Universal*, n.283, 7 a 13/9/97, p. 3A). O editorial do mesmo jornal, intitulado "A questão do aborto", posiciona-se a favor do Projeto PL/20, critica o Presidente da República e a Primeira Dama pela omissão diante desta questão e associa as dificuldades enfrentadas na regulamentação do aborto legal ao machismo da sociedade brasileira e à pressão da Igreja Católica:

Vários segmentos da sociedade têm tido uma boa receptividade quanto à provável obrigatoriedade da rede hospitalar em atender mulheres carentes que queiram fazer o aborto e não dispõem de recursos para fazê-lo em lugares apropriados. Entretanto, o mais grave é que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua mulher Ruth Cardoso estão omissos em relação a esse projeto de lei que obriga a rede pública de saúde a realizar o aborto nos casos previstos por lei.

Esse silêncio do governo pode se transformar em um entrave para o avanço dos direitos sociais no Brasil, já que não está em questionamento a legalização do aborto, mas a garantia de que os hospitais públicos cumpram com seu dever social. Como se sabe, a legislação coloca o Brasil entre as nações com maiores restrições à interrupção da gravidez. Logo seria insuportável se as pressões políticas e da Igreja Católica que promete usar o papa na sua campanha contra o atendimento público gratuito, tirassem das mulheres de baixo poder aquisitivo o direito ao aborto nos poucos casos em que a lei o permite (Editorial, *Folha Universal*, ano V, n. 283, 7 a 13/9/97).

Os atores sociais vão de especialistas consagrados como José Aristodemo Pinotti, Diretor do Hospital da Mulher em São Paulo, aos simples fiéis, passando pelos pastores e Bispos da IURD. Esta diferenciação dos atores é importante, pois revela a posição da cúpula da igreja sobre o tema. Como veremos a seguir todos os bispos que assinam ou são citados nas matérias deste período (4) são favoráveis ao aborto nas circunstâncias especiais do estupro e de risco de vida da mãe. Duas matérias se destacam nesse sentido: a primeira, assinada pelo bispo Renato Maduro, explora diretamente a votação do projeto na Comissão da Câmara e a segunda, sem autoria, traz, entre outras, as opiniões dos bispos Honorilton Gonçalves e Edir Macedo sobre a polêmica em torno do aborto. Com a chamada de capa "Aborto em hospitais públicos: certo ou errado", o texto do Bispo Renato Maduro, depois de condenar os setores da sociedade que fizeram pressão junto aos parlamentares que examinavam a proposta em votação na Comissão de Constituição e Justiça, esclarece que

A Igreja Universal do Reino de Deus é favorável ao projeto, respeitando o poder de decisão da pessoa. No caso das vítimas de estupro, para nós, não é aconselhável a gestação porque vai ser uma falsa gravidez, algo indesejável pela vítima, totalmente diferente de uma gestação feita dentro do amor instituído por Deus. Caso a vítima queira dar à luz, o problema é totalmente dela, mas com certeza, acreditamos que

esse filho, fruto do estupro pode ser uma mancha que trará más recordações pelo resto de sua vida (*Folha Universal*, n. 287, 5 a 11/10/97, p. 2b).

A segunda matéria, ocupando uma área de 1056,77cm/coluna (equivalente a 60% de uma página) tem como título "Aborto: a polêmica vista por vários ângulos" e confronta as posições assumidas pelo Arcebispo Rafael Cifuentes numa entrevista concedida à feminista Rose Marie Muraro com argumentos filosóficos, médicos, jurídicos, psicológicos. Publicada pelo *Jornal do Brasil* logo depois do caso de repercussão nacional da pré-adolescente estuprada, que engravidou, e cuja família solicitou autorização judicial para o aborto, o objetivo dessa entrevista era questionar a legitimidade da pressão exercida pela Igreja Católica sobre a família e as consequências sociais das soluções propostas pela hierarquia para este tipo de situação. "Eu me comprometo", dizia o Arcebispo naquela ocasião, "a dar uma solução a cada criança que nasça que não seja aceita pela mãe. Eu garanto e encontro gente que cuide disso. Pode vir e entregar na mão da pessoa que eu indicar".

Criticando o simplismo do discurso católico, a matéria da *Folha Universal* indaga: "com que autonomia e autoridade um bispo auxiliar se compromete a dar guarida a milhares de recém-nascidos?" e complementa: "o que o bispo sugere é um aumento desordenado da população, com instituições abarrotadas, onde não é possível dar uma assistência decente e o carinho necessário, resultando numa legião de cidadãos revoltados sem família, sem a menor condição de competir no mercado de trabalho e com chances de até se tornarem marginais, contribuindo para o aumento da violência no país" (*Folha Universal*, n. 289, outubro de 1997, p. 4b).

Segundo a reportagem, é grande também "a pressão da 'madre igreja' sobre o Estado brasileiro", mas nem todas as denominações partilham dessa condenação ampla e geral ao aborto.

A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, adota uma postura bem imparcial. Não orienta nem motiva ninguém a realizar a cirurgia, mas considera as questões mencionadas em lei. No caso das vítimas de estupro ou risco de vida para a mãe somos a favor do projeto, contudo respeitamos a decisão da pessoa. Se essa pessoa quiser ter o filho, o problema é dela o que não aceitamos é a prática indiscriminada o aborto — afirma o Bispo Macedo (*Folha Universal*, n.º 289, outubro de 1997, p. 4b).

Algumas considerações sobre o antagonismo de posições:

Os dados apresentados revelam a ampliação dos atores sociais no debate sobre o aborto e a flexibilização das posições dos líderes neopentecostais e pentecostais em relação à interrupção da gravidez indesejada. Restaria indicar algumas dificuldades a serem enfrentadas pelos atores evangélicos mais liberais nesse processo de adaptação às demandas daquelas que constituem a base social do neopentecostalismo e que também são as principais vítimas do caráter

restritivo de nossa legislação: as mulheres pobres. Para tanto examinarei rapidamente a cobertura do tema do aborto em um programa radiofônico apresentado por três mulheres que são casadas com pastores da Igreja Universal.

No dia 20 de setembro de 1997, com a temática "Você é Contra ou a Favor da Legalização do Aborto", o programa com o sugestivo nome SOS Mulher começa sua transmissão convidando as ouvintes a participarem da discussão pelo telefone e pelo fax, com as seguintes palavras: "se você que já fez um aborto e ficou com alguma seqüela e quer dar seu testemunho para orientar as jovens que hoje pensam em fazer um aborto, entre em contato conosco". Em seguida uma das apresentadoras, Helena, explicita: (1) "a associação da prática do aborto com os adolescentes que partiram para a vida sexual despreparados"; (2) a ênfase nas "seqüelas irreversíveis"; e (3) sua posição contrária ao abortamento.

Os procedimentos utilizados, as condições de higiene, o tipo de profissional que o realiza, o local em que é feito, sem contar o estado emocional da mulher não são discutidos o suficiente para mostrar que enquanto as internações e os óbitos provocados pelo aborto são maiores nos meios populares, as mulheres das camadas médias e altas também se utilizam deste recurso nos casos de gravidez indesejada. E mais, quando se fala da mulher adulta que faz essa opção simplesmente porque não quer ter o filho, tal atitude é imediatamente relacionada à *frieza* e outros atributos negativos da personalidade humana.

Assim, entre uma e outra participação telefônica das ouvintes, que em sua maioria condena a legalização do aborto, *mesmo a ele tendo se submetido no passado*, a apresentadora expõe sua opinião moralista e doutrinária. Desconsidera as diferentes circunstâncias que podem colocar a mulher diante desta decisão e argumenta que o "aborto é um pecado, pois o ser já tem vida, tem membros, coração batendo e o direito de descortinar a vida aqui fora". Ignorando que o Código Civil admite o recurso do aborto nos casos de estupro, afirma ainda que a legislação brasileira só permite o aborto em caso de risco à saúde materna e assim mesmo com autorização judicial. Interpretar este tipo de intervenção, um mês depois da votação do PL20/91, portanto numa conjuntura de incremento do debate na grande mídia e nos veículos evangélicos, simplesmente como um resultado do despreparo das mulheres com atuação nos veículos de comunicação da IURD seria uma ingenuidade.

Algumas páginas atrás, mostramos o reconhecimento de Edir Macedo ao chamado "aborto legal" e a disposição de vários bispos e pastores da IURD em combater a ingerência da Igreja Católica na votação das propostas de regulamentação do mesmo no parlamento brasileiro. De modo que, para além da falta de instrução e ignorância em relação à legislação brasileira, detectamos na intervenção da apresentadora um desconhecimento da posição da própria liderança da Igreja sobre o assunto.

Posições antagônicas sobre a regulação do aborto no Brasil também foram identificadas na mídia da Igreja Assembléia de Deus. Na IURD, uma igreja fortemente centralizada, e controlada pelo Bispo Edir Macedo, a pluralidade de opiniões sobre esse tema e nessa conjuntura de competição religiosa parece resultar muito mais da incipiente discussão interna sobre o aborto que entra na agenda da mídia pentecostal em virtude dos acontecimentos na sociedade civil e da necessidade de combater a Igreja Católica.

Ainda que o fortalecimento das posições liberais em torno da regulamentação do aborto nas duas denominações dependa do embate com a Igreja Católica e da competição no interior do próprio pentecostalismo, acreditamos que a entrada de novos atores sociais no debate nacional possa alterar a correlação de forças dos grupos envolvidos favorecendo as demandas dos movimentos de mulheres. Entendemos, entretanto, que o baixo nível de instrução e o despreparo daqueles que atuam na mídia pentecostal, particularmente no que se refere aos direitos das mulheres, dificultam a socialização das posições mais liberais e o deslocamento dos argumentos dos campos da moral e da religião para os campos sociológico e jurídico.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, M. J. (1993). "Aborto legal no Hospital de Jabaquara". *Estudos Feministas*, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação.
- ÁVILA, M. B. (1993). "Modernidade e cidadania reprodutiva". *Estudos Feministas*, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação.
- FERNANDES, R. (1998). *Novo nascimento: Os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: ISER.
- FRESTON, P. (1993). *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment* (tese de doutorado). Campinas: Unicamp.
- MACHADO, M. D. C. (1997). "Mulheres: da prédica pentecostal ao debate sobre sexualidade, saúde reprodutiva, aborto e planejamento familiar". In: Schpun, M. (org.). *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis: Mulheres, p. 169-203.
- _____. (1996). *Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados.
- MACHADO, M. D. C. & FERNANDES, S. (1997). "Mídia pentecostal: saúde feminina, planejamento familiar em perspectiva". *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: UERJ, p. 19-38.
- MARIANO, R. (1995). *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando* (dissertação de mestrado). São Paulo: USP.
- MARIZ, C. L. & MACHADO, M. D. C. (1999). "Mudanças recentes no campo religioso brasileiro". *Antropolítica*, n. 5, Niterói: UFF.
- MARIZ, C. L. (1998). "A opinião dos evangélicos sobre o aborto". In: FERNANDES, R. *Novo nascimento: Os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: ISER, p. 211-23.
- MELO, J. (1997). "A Polêmica do Aborto na Imprensa". *Estudos Feministas*, v. 5, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, p. 406-12.
- NUNES, M. J. R. (1994). "De mulheres, sexo e igreja: uma pesquisa e muitas interrogações". In: AMADO, Tina & Costa, Albertina (orgs.). *Alternativas Escassas*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (1997). "O tratamento do aborto pela Igreja Católica". *Estudos Feministas*, v. 5, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, p.413-17.
- PIERUCCI, A. F. (1989). "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/ANPOCS.

- RIBEIRO, L. & LUÇAN S. (1996). "Vislumbrando contradições: reprodução e Comunidades Eclesiais de Base". In: PARKER, R. & BARBOSA, R. *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 200-12.
- RIBEIRO, M. (1993). "Direitos reprodutivos e políticas descartáveis". *Estudos Feministas*, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação.
- ROCHA, M. I. (1996). "A questão do aborto no Brasil: um estudo do debate no congresso". *Estudos Feministas*, v. 4, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação, p. 382-98.